

Diversidade Étnico-Cultural e Educação no Pontal de Minas Gerais¹

Sauloéber Tarsio de Souza*

Resumo

O texto trata da experiência migratória de grupos originários dos estados da região nordeste do Brasil e que motivados por diferentes fatores, especialmente, pela oportunidade de trabalhar pela subsistência, decidiram partir para novos espaços de sociabilidade, entre eles o pontal de Minas Gerais (Triângulo Mineiro). Inicialmente se estabeleceram nas fazendas, depois passaram a viver nas cidades, onde desenvolveram novas relações nos bairros, igrejas, comércio, postos de saúde e escolas, superando resistências relativas ao pertencimento étnico-cultural nordestino. Nossa proposta específica é a abordagem sócio-histórica em torno da dinâmica estabelecida entre nordestinos e mineiros no espaço escolar, tendo como foco a diversidade étnico-cultural.

Palavras-chave: migrantes nordestinos; diversidade étnico-cultural; educação.

Ethnic and Cultural Diversity and Education at *Pontal* of Minas Gerais

Abstract

The text deals with the migratory experience of groups originating in the northeastern states of Brazil and motivated by different factors, especially the opportunity to work for subsistence, they decided to leave and met new spaces of sociability, including the pontal of Minas Gerais State. Initially they settled on the farm, then moved to the cities, where they developed new relationships in their districts, churches, trade, health posts and schools, overcoming resistance related to their northeast ethnic and cultural. Our specific proposal is the socio-historical approach around the dynamic established between the *nordestinos* and *mineiros* in the school, focusing on ethnic and cultural diversity.

Key words: migrants nordestinos; ethnic and cultural diversity; education.

Introdução

No último meio século, boa parte da população brasileira se deslocou pelo território nacional em busca de vida melhor, mas a realidade que a maior parte dos migrantes encontrou foi a luta árdua pela subsistência, enfrentando precárias condições de moradia, trabalho e acesso a serviços públicos essenciais como saúde e educação.

Os movimentos migratórios, contudo, não são realidade apenas da população brasileira. O século XX, com grandes flagelos naturais e as duas guerras, presenciou a expulsão de milhões de seres de suas terras. Assim, por toda parte que os migrantes/imigrantes chegaram, iniciaram-se conflitos de ordem étnica e cultural, multiplicando-se as manifestações de sentimento racista e preconceituoso contra os trabalhadores migratórios. Os migrantes/imigrantes, segundo Bauman (2009, p.79-80):

[...] representam a fragilidade e a precariedade da condição humana, e ninguém quer se lembrar dessas coisas horríveis todos os dias, coisas que preferíamos esquecer. Assim, por inúmeros motivos, os imigrantes tornam-se os principais portadores das diferenças

que nos provocam medo e contra as quais demarcamos fronteira.

Os migrantes são produtos de processos globais que reúnem em seu bojo mudanças de ordem social e econômica. Nessa perspectiva, pensemos nos principais fluxos migratórios no Brasil, intensificados após a Segunda Grande Guerra com a política desenvolvimentista que visava à consolidação do sistema capitalista. No Brasil teve início um movimento de internacionalização de sua economia, apoiado pelos EUA - centro orgânico dessa política internacional, de forma que as regiões mais desenvolvidas receberam grandes investimentos demandando muitos trabalhadores. Nos anos de 1960, já sob o comando da ditadura civil-militar, intensificou-se tal movimento com a produção do “milagre econômico”, o que mobilizou elevado número de pessoas, especialmente em direção a região sudeste. Assim, em 1980, quase 34% da população brasileira indicou viver em cidades diferentes daquelas em que nasceram (IBGE, 1980).

Diante desse fenômeno, as manifestações racistas e antimigrantes foram gradativamente se ampliando, sobretudo, a partir da década de 1990, pela adoção do chamado modelo neoliberal na economia, que acentuou valores como competitividade e livre concorrência,

* Endereço eletrônico: sauloeber@pontal.ufu.br

multiplicando o desemprego e gerando reflexos em outros setores sociais que não apenas o econômico, já que passou a alterar comportamentos e relações pessoais, levando os mais pobres a luta selvagem pela sobrevivência.

Em meio a esse turbilhão, as regiões carentes passaram a fornecer recurso humano de forma que nordestinos e nortistas tem sido utilizados como mão-de-obra farta e barata no desenvolvimento econômico do centro-sul. Expulsos de suas terras pela seca e pelo latifúndio, baianos, cearenses, paraibanos, piauienses foram atraídos pela possibilidade das “oportunidades ilimitadas” no novo espaço, mas serviram para o enriquecimento da população já “estabelecida”, e em muitos casos, não tiveram suas expectativas alcançadas, como o acesso a emprego fixo, educação e saúde públicas.

No entanto, é o preconceito contra os migrantes que vem sendo reproduzido por décadas, difundindo-se expressões como “coisa de baiano” visando-se depreciar algum trabalho específico, ou mesmo fazendo referência aos traços físicos como o “pessoal de cabeça chata” indicando o “povo de pele escura” que disputam empregos (em tempos de crise), mas que servem para o trabalho “pesado” quando necessário (SIMÕES, 2010).

Essa dinâmica estabelecida entre os naturais da região e os migrantes revela instrumentos de poder que produzem significados nesse encontro, hierarquizando-se a diversidade étnico-cultural, a partir de um discurso biológico que reforça a categoria raça como escala na socialização dos indivíduos. Porém, é preciso reconhecer que essa sóciodinâmica entre os que “estão” e os que “chegam”, nunca é binária opondo dois lados bastante distintos numa mesma arena e constituindo-se identidades prontas. A cultura e a identidade são sempre processos inacabados, fluxos que atravessam e são reconfigurados por grupos e sujeitos, que combinam em seus repertórios símbolos e significados de acordo com seus interesses e interações sociais e materiais em que estão envolvidos.

Para o desenvolvimento desta problemática propomos, inicialmente, a discussão sobre os “Migrantes Pioneiros no Pontal Mineiro”, no qual fazemos referências ao primeiro processo migratório de expressão para a região

(especialmente pelo seu volume), cujo fluxo, teve origem nos estados do nordeste, dando início a sóciodinâmica de estigmatização do migrante nordestino, a partir dos anos de 1950.

Posteriormente, no subtítulo “Das Alagoas às Gerais”, apresentamos dados relativos aos atuais fluxos migratórios, tendo como referencial a realidade de alunos migrantes ou filhos de migrantes nordestinos que chegaram à região na última década e que apesar das especificidades desses fluxos em contextos temporais diversos, ambos apresentam a “constante estrutural” baseada na ideia de que esses indivíduos são portadores de “valor humano inferior”.

Nas considerações finais, buscamos construir análise crítica dos dados em perspectiva sócio-histórica, a fim de compreendermos como a diversidade étnico-cultural deve ser reconhecida e colocada em posição de aliada ao ofício dos professores na tarefa de consolidação de uma sociedade democrática e de oportunidades simétricas.

Migrantes Pioneiros no Pontal Mineiro

Desde a década de 1950, o pontal mineiro tem sido importante destino para migrantes originários da região nordeste. No princípio, os maiores fluxos migratórios foram motivados pelo ciclo econômico baseado na cultura de grãos, de forma que potiguares e paraibanos foram os primeiros migrantes a se estabelecerem no novo espaço. Posteriormente, o fluxo do estado de Alagoas tornou-se predominante, de maneira que até os dias de hoje, todos aqueles que carregam o sotaque do nordeste são classificados como “os alagoanos”².

O pontal de Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XX, viveu acelerado contexto de crescimento econômico, em função, sobretudo, da expansão da cultura do arroz. A indústria de beneficiamento desse grão atingiria seu auge nas décadas seguintes, estimulando o desenvolvimento econômico da região, de forma que outros setores sociais também se modificariam, como a ampliação da rede escolar local³. Esse processo pode ser percebido também pela aceleração do crescimento populacional e da urbanização do município, o que ocorria em várias outras regiões do país. Vejamos:

Quadro 1 - População Rural e Urbana do Município de Ituiutaba

ANO	População Rural	%	População Urbana	%	Totais
1940	30.696	88%	4.356	12%	35.052
1950	43.127	81%	10.113	19%	53.240
1960	39.488	55%	31.516	45%	71.004
1970	17.542	27%	47.114	73%	64.656 ⁴
1980	9.094	12%	65.153	88%	74.247
1991	6.372	8%	78.205	92%	84.577
2000	5.234	6%	83.589	94%	88.823

Fonte: Fundação IBGE – Censos Demográficos dos anos de 1940 a 2000.

O expressivo crescimento populacional, sobretudo até o ano de 1991, pode ser creditado à alta taxa de natalidade, mas também, foi resultado da migração rural. A tabela demonstra essa inversão na relação rural e urbano, ou seja, em duas décadas (de 1950 a 1970) a população passou de predominantemente rural para urbana. Os impulsos *modernizantes* no município eram perceptíveis em outros setores além do econômico e educacional. Nos anos de 1950, o poder público preocupou-se com o Plano Urbanístico, ampliação dos serviços de abastecimento de água e de iluminação pública, arborização e calçamento de ruas, construção de prédios públicos, buscando atender às demandas da população que se avolumava. Na década seguinte, a mudança urbanística acelerou-se ainda mais, com a chegada do asfalto, a construção de praças, implantação do Distrito Industrial e do primeiro Campus Universitário no município (SOUZA, 2010).

Esse desenvolvimento da região só foi possível por meio da contribuição importante dos migrantes nordestinos, uma peculiaridade da região.⁵ Os fluxos migratórios eram motivados por notícias em rádios e jornais em todo o país que difundiam a ideia de “novo eldorado” nos anos de 1950, mas também pelos recados enviados por parentes e amigos dos primeiros migrantes que chegaram à região para o trabalho na lavoura, o que deu início a atividade do “agenciador de mão-de-obra” responsável pela intermediação entre fazendeiros e trabalhadores. Os nordestinos “Espalharam-se por essa vasta região trazendo seu modo de vida, sua linguagem, estabelecendo diferenças que deram origem a interpretações variadas, gerando explicações, conceitos e preconceitos.” Chegando ao pontal, eram chamados de “nortistas”, ‘pau-de-arara’, ‘barriga-verde’, ‘caicó”, com seus hábitos e costumes e com o uso da “peixeira” na cintura, delineou-se um perfil de gente violenta que deveria ser tratada com cautela e mantida a distância (SILVA, 1997, p.8-9).

Portanto, desde o início instalou-se a imagem pejorativa em relação ao migrante nordestino, o diferente causava estranhamento nos

diversos espaços sociais que passaram a frequentar, de maneira que seu perfil foi assim definido: “(...) a maioria dos nordestinos que para aqui vieram, eram pessoas simples, analfabetas, de costumes e hábitos rudes e que habitavam o interior do Rio Grande do Norte e da Paraíba (SILVA, 1997, p.133)”.

Muitos deles migravam sem informação alguma sobre seu destino, as condições de vida e de trabalho que os esperavam. Além disso, o trabalho que lhe reservavam era bastante pesado, atividade que pouco interessava à população local: “Arrancar tocos foi a tarefa da maioria dos nordestinos que chegaram primeiro à região. Esse tipo de trabalho era extremamente árduo (SILVA, 1997, p.72-73)”.

O povo saído da região árida do Seridó (interior do estado do Rio Grande do Norte de onde veio grande número de migrantes) estava acostumado a “enfrentar a rude luta com a natureza (MEDEIROS, 1980, p.20)”. Assim se fecha o círculo que compõe o fluxo migratório inicial: de um lado a região receptora e o cerrado a ser destocado, do outro a região árida de condições hostis com suas secas “que dizimam vidas e produzem o êxodo de consideráveis massas de gente válida (*Ibidem*, p.17)”.

Dessa maneira, fugindo da seca e da miséria a grande massa analfabeta de migrantes tinha horizontes limitados no que tange a escolarização no pontal mineiro, especialmente em função das condições materiais a que eram submetidos o que lhes impunham prioritariamente a luta pela sobrevivência. Porém, a partir de 1970 o acesso à educação pública começava a se expandir, de forma que parte desses migrantes, sobretudo os filhos dos pioneiros, transporia os muros das novas instituições escolares que se multiplicavam pelos bairros da cidade, mesmo com todos os obstáculos e dificuldades em função de não portarem de forma plena e “legítima” os códigos culturais da região. Por isso também, eram olhados com certa desconfiança já que dividiam o espaço, buscando as oportunidades de trabalho, além da expectativa de acesso a serviços

públicos que desconheciam no seu local de origem, tais como saúde e educação.

A taxa de analfabetismo dos estados do nordeste em 1950 estava em torno de 70% da população acima de 10 anos (considerando-se as crianças acima de 05 anos essa taxa atingiria 75%), enquanto nos estados do sudeste esse número representava 45%. No entanto, o pontal mineiro, apesar de estar localizado geograficamente nessa região, apresentava número próximo ao da região centro-oeste com 57% de sua população não alfabetizada, um pouco acima da média nacional de 55% (Recenseamento, IBGE, 1950).

Pelos depoimentos colhidos⁶, fica explícita a diferenciação social entre os próprios migrantes, de maneira que uma pequena parte migrou em condições melhores, isso se refletiu no acesso e permanência na escola que foi diferenciado também. Assim, alguns deles frequentaram instituições privadas e tradicionais da cidade, vejamos:

Tinha aquela história, era quatro, três pagava, uma não pagava e mamãe foi trabalhando e pagando nosso estudo. (...) Nessa chegada minha, quando você vai pra uma escola que é de um nível aquisitivo alto, e também por você ser um migrante, havia uma pequena rejeição das pessoas em cima da gente. Então o nordestino era visto como um intruso nessa época. Então assim, o povo te olhava meio assim,... você se sentia um pouco assim de lado, entendeu. Até as pessoas adaptarem com você, te aceitar. Eu acho que a gente... Eu sofri um pouco com isso. Entendeu, havia rejeição do mineiro em cima do nordestino (Entrevista C, março/2010).

Apesar dessa família ter condições de inserir seus filhos nas instituições particulares da cidade a permanência deles não era tranquila, e as referências a discriminação e a “punição do diferente” surgem em todas as falas:

Não, pra você ter uma ideia, não tinha um dia que a Irmã Letícia não me botava de castigo e não me chamava pra ir lá na frente. Ela pegava... Eu já ia andando pra frente. É eu que ela vai chamar. E era. Nossa! Eu era muito levada. Entrava na clausura das freiras pra ver as freiras sem aquele véu. Entrava no confessionário (Entrevista C, março/2010).

Esse trecho denota que no novo universo (a escola) que se abriu a alguns migrantes e seus filhos, teve início um comportamento local que instituiu o outro, ou o diferente, como o “não é” ou aquele “que é”, negando ou afirmando a alteridade ao atribuir-lhe valores negativos ou positivos quanto às suas características regionais, físicas, e até mesmo emocionais (LÉVINAS, 1997).

Os conflitos não ficavam apenas no campo da discriminação, mas chegavam aos embates físicos: “Tanto que uma vez, eu não sei o que aconteceu, eu dei uma briga na escola, eu bati em seis meninas lá. Eu rodava minha lancheirinha e: _Vem, vem, vem, vem! E o povo vinha e a lancheirinha batia” (Entrevista C, março/2010). E outra depoente que estudou em escola rural assim afirmou: “Eu era meio brava (risos). Sempre pegava uma briga na escola (muitos risos). Eu era meio brava” (Entrevista A, fevereiro/2010).

Constatamos que os primeiros grupos migrantes tinham pouco acesso à escolarização já que até mesmo para a população local, a escola era ainda uma “dádiva das classes privilegiadas” às classes menos favorecidas (Folha de Ituiutaba, 1963). Mas a partir da segunda metade da década de 1960 esse quadro mudaria de figura, pois os migrantes começaram a se transferir para a cidade: “Aos poucos, muitos foram deixando as fazendas em busca da cidade e do estudo para os filhos e depois, com a crise na agricultura, provocada pelas estiagens no final dos anos 60 e início de 70 (SILVA, 1997, p.101).” Até esse período, a maior parte estava nas fazendas que não contavam com número de escolas adequado para o atendimento a toda a população rural. Em um dos depoimentos, assim se descreveu a escola da fazenda:

E era uma escola só, uma professora só. E a professora..., que a professora era prima do papai. Então, foi essa a escola. (...) Ia a pé. Às vezes, depois de bicicleta. De a pé enfrentando as vacas no meio da estrada (...) Uma professora pra quarenta alunos, por aí assim. Eram poucos os migrantes. Era mais já, os que eram daqui mesmo. (Entrevista A, fevereiro/2010)

A escola também passaria a ser local para a produção e reprodução da cultura do migrante. Segundo Kreutz (1999), o étnico é elemento de diferenciação social, influi na percepção e na organização da vida social o que significa que a educação é etnicizada, “atravessada” pela etnia.

A partir dessa perspectiva as diferenças étnico-culturais seriam barreiras à inserção e

permanência dos nordestinos nas instituições, sobretudo, a partir dos anos de 1970 quando o acesso à educação passou a abranger de forma ampla também esse grupo. É evidente que sua condição social ampliava os obstáculos para que o migrante se mantivesse nas escolas em função das dificuldades cotidianas. Nesse depoimento, a colaboradora que estudou em escola pública na cidade abordou esse aspecto:

Então eu ficava puxando a água pra encher as vasilhas assim, até encher. Quando dava o sinal lá na escola é que eu saía correndo pra ir pra escola. Era desse jeito. Minha vida sempre foi sacrificada, desde pequena. (mostrou-se emocionada). (...) Assim, do Ensino Fundamental. Deu pra mim aprender a ler e a escrever. Sabe, assim muito mal, engolindo muitas letras, mas deu (Entrevista D, fevereiro/2010).

Em muitos casos, a vida miserável continuou sendo reproduzida no novo espaço, especialmente a partir do declínio da cultura de grãos. Essa queda da lavoura não representou o fim do processo migratório, após um período de crise na agricultura local, a produção canvieira (a partir do final dos anos de 1970) daria novo impulso à migração dos nordestinos para atender as necessidades de mão-de-obra de uma usina que traria os “alagoanos” para o pontal mineiro. Tal demanda foi incrementada a partir do ano 2000, quando outra usina iniciou suas atividades na região.

Das Alagoas às Gerais

Os fluxos migratórios para o município de Ituiutaba, desde o início, não foram pensados a partir de uma perspectiva infra-estrutural (ampliação dos serviços de saúde, educação, segurança, habitação, entre outros). Assim o novo elemento social – o migrante nordestino – passou a ser visto de forma negativa no espaço urbano, estabelecendo-se conflito cultural, social e político mais intenso do que o naturalmente vivenciado pelos demais grupos sociais já estabelecidos, especialmente, nos novos espaços de sociabilidade – “arenas culturais” – como a escola, por exemplo.

Dessa forma, a diferença novamente se apresentou como discriminação desse grupo, ser chamado de “alagoano” passou a representar conduta pejorativa. Em alguns depoimentos de profissionais do ensino durante o projeto de extensão em 04 escolas no município (Escola

Estadual Álvaro Brandão e Escolas Municipais CAIC, Manoel Alves Vilela e Nadime Derze Jorge), percebemos esse discurso de forma direta e indireta já que esses alunos muitas vezes, são classificados como “menos capazes” intelectualmente ou de “difícil relacionamento” relativamente aos tijuicanos, gerando atitudes preconceituosas no cotidiano escolar, influenciando, negativamente, em seu aprendizado. Assim, que interesses estariam por trás dessa representação da figura dos nordestinos no pontal mineiro? E quais seriam os seus reflexos para alunos e profissionais da educação no cotidiano escolar?

As respostas a essas questões são amplas e não caberiam nesse espaço, contudo, é preciso salientar o fato de que a diversidade étnico-cultural e sua hierarquização no interior das instituições escolares tem causado impactos negativos no que se refere a relação ensino e aprendizado. O Ministério da Educação realizou pesquisa (FIPEUSP, 2010) por todo o país, abrangendo gestores, professores, técnicos, estudantes, pais e mães, enfocando a relação entre um ambiente escolar discriminatório e o desempenho escolar dos alunos:

A pesquisa produziu índices sobre discriminação, preconceito e distanciamento social relativo a determinados grupos (negros, idosos, moradores de áreas rurais, pobres, mulheres e homossexuais). As escolas com mais altos índices discriminatórios apresentaram um desempenho escolar pior, independentemente de características locais ou específicas (BORTOLINI, 2011).

Assim, o estudo da sóciodinâmica entre mineiros e migrantes nordestinos, especificamente, nos espaços escolares, passa pela observação da forte hierarquização que se estabeleceu nesse encontro, cujo critério na escala social, aponta para a origem dos indivíduos, separando um extremo do outro, reconfigurando-se o conflito cultural. A partir dessa herança discriminatória que se mantém presente, apresenta-se como grande desafio a construção de uma escola de convivência e diálogo diante de uma diversidade de sujeitos que portam concepções até mesmo antagônicas, mas que entendem a educação como direito e a escola como espaço público.

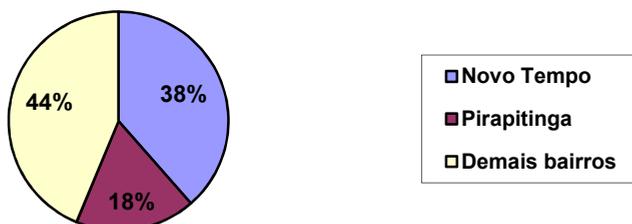
Dentro dessa perspectiva, buscamos desenvolver o projeto de extensão junto as escolas do município caracterizadas pela acentuada

presença de migrantes nordestinos. Em seu primeiro momento levantamos dados que possibilitassem a apreensão dos sujeitos envolvidos nesse encontro de culturas, em especial a figura do migrante⁷. Os dados permitiram conhecer o perfil sócio-econômico dos alunos e de suas famílias, além de entender sua relação com a escola, bem como desvelar

características de sua auto-representação, enquanto migrante nordestino no pontal mineiro.

Perfil-Sócio-econômico - Inicialmente, destacamos a ideia de segregação desse grupo, já que pudemos perceber que 57% dos entrevistados residem em apenas dois bairros de um total de quinze⁸, vejamos:

Figura 1 – Bairros onde residem as famílias dos alunos migrantes



A concentração dos nordestinos em determinados espaços sociais parece ter sido uma acomodação do próprio processo migratório: para a população local, reforça-se um *lôcus* da existência do diferente, de maneira que, em muitos casos, esses bairros são referenciados de forma depreciativa. Por outro lado, a própria rede de solidariedade estabelecida pelos grupos migrantes, em função de laços de parentesco, facilita a organização do novo elemento em sua nova realidade, gerando certa sensação de segurança. Isso pode ser reforçado pelo dado obtido em nosso levantamento que se refere à constituição das famílias dos alunos, quando em 30% dos casos são formadas também por tios, tias, avós, avôs, primos, primas, padrasto e madrasta. A reunião dos migrantes em espaços restritos, por outro lado, contribui para a sua construção identitária em seu novo papel social.

Os bairros em que residem ainda carecem de serviços infra-estruturais básicos, já que 90% dos alunos indicaram ter luz elétrica em suas casas, 88% água encanada e 86% esgoto. Em relação ao asfaltamento é declarado por 84% e suas residências são servidas em 59% por telefone público. Um dado elevado é que 70% das casas possuem bares próximos (mesmo quarteirão), o que não chega a surpreender já que em zonas periféricas que possuem pouca ou nenhuma opção de lazer, a iniciativa privada acaba ocupando os espaços.

Essas famílias se assemelham em vários outros aspectos, em especial, pela sua condição sócio-econômica, localizada na faixa de baixa

renda, em média, percebem mensalmente o montante de R\$ 1.034,00, que deve manter em torno de 5,5 pessoas em cada residência. Números que de acordo com o IBGE estão fora da média nacional (a renda abaixo e o número de pessoas por família acima), resultando em situação de penúria na sobrevivência dessas famílias, contudo, situação material superior à deixada em sua terra natal. A condição de migrante e a baixa renda desses indivíduos refletem-se em sua organização social, o estado transitório é demonstrado pelo pequeno número de famílias com casa própria (15%) que vivem em residências com 5 cômodos em média, incluindo-se o banheiro, ou seja, em geral, sala, cozinha e dois quartos. Outro dado que aponta a vida volátil é que as famílias dessas crianças estão em média há 3 anos e 3 meses na cidade.

As precárias condições de vida podem ser percebidas por outras informações como pelo elevado índice de famílias beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família, cerca de 63% dos alunos entrevistados⁹. O acesso à internet é restrito a 20% dos alunos que muitas vezes frequentam *Lan Houses* para tal, e os *sites* mais acessados são de jogos e redes sociais. O contato com revistas e jornais é menor ainda (18%), e o tipo de revista que os alunos leem em casa é voltado para a programação de televisão, horóscopo, carros, moda. A parte dos jornais que apreciam são os classificados.

Em relação aos livros e dicionários, 72% afirmaram consultá-los quando levam esses materiais didáticos da escola para suas

residências, portanto, a escola tem sido a única fonte de estímulo a cultura letrada nessas casas. O mesmo número afirmou assistir a filmes em televisão aberta e em DVD, apenas um aluno disse ter ido ao cinema em uma única oportunidade. Assim, quando indagados sobre algumas formas de lazer, apenas 25% declararam viajar, em geral, nas férias para fazendas da

região, Alagoas, e uma boa parte apontou os passeios à praça central como forma de lazer.

Mesmo que a renda média destas famílias seja considerada baixa, representando muitas vezes a luta pela sobrevivência, também gera a possibilidade de conquistas materiais limitadas ao horizonte desses trabalhadores, como equipar suas residências com eletro-eletrônicos, vejamos:

Quadro 2: Percentual de equipamentos eletro-eletrônicos nas residências dos alunos

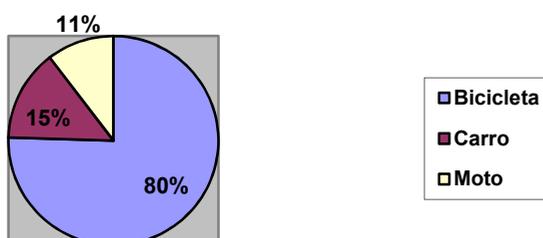
Eleto-eletrônico	Percentual	Eleto-eletrônico	Percentual
Fogão	100 %	Rádio	76%
Televisão	97%	DVD	73%
Geladeira	92%	Chuveiro Elétrico	70%
Celular	90%	Telefone Fixo	09%
Maquina de Lavar/Tanquinho	77%		

Um dado interessante é que 30% das famílias não possuem chuveiro elétrico o que pode revelar certo aspecto cultural, prática comum no nordeste caracterizado por altas temperaturas, como no pontal na época da colheita de cana. Por outro lado, destaca-se o elevado número de casas com máquina de lavar e/ou tanquinho, o que indica a preocupação feminina em se libertar do tanque já que as mulheres, em grande parte, são diaristas ou possuem outra ocupação que não apenas o lar. Pelos dados obtidos, 50% dos pais trabalhavam na cana no nordeste, índice que

permanece no pontal mineiro, mas que aponta para diversificação das atividades desses indivíduos. Uma parte das crianças sinalizou para a situação de desemprego dos pais ou responsáveis.

O gráfico abaixo é um dos indícios da hipótese de pouca mobilidade dos migrantes, de forma que seus filhos passam grande parte do tempo em seus bairros, enquanto os pais saem para trabalhar:

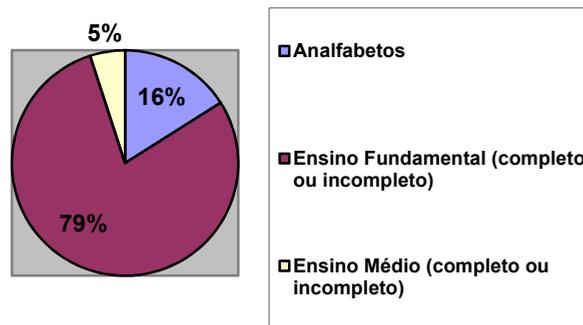
Figura 2 – Veículos de propriedade das famílias dos alunos migrantes



Em relação à escolaridade dos pais dos alunos, os números não são precisos pois em muitos casos (aproximadamente 30%) os

entrevistados não souberam responder com precisão, contudo, os dados levantados foram os seguintes:

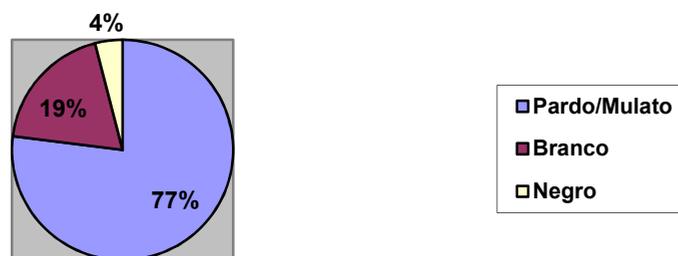
Figura 3 – Escolaridade dos pais/responsáveis dos alunos migrantes



O número de pais analfabetos é bastante superior ao da média nacional de 9,7% de pessoas com 15 anos ou mais, porém abaixo da média dos estados de Alagoas e Piauí que varia entre 19% e 25%, segundo o PNAD (2009).

Os 96 alunos (as) entrevistados (as) tem em média 10,8 anos de idade e 94% deles são originados no estado de Alagoas, os outros 6% no Piauí, Pernambuco e Bahia. Quando indagados sobre sua cor, as respostas foram as seguintes:

Figura 4 – Cor da pele declarada pelos alunos migrantes



Esses números demonstram que a tez morena predominante é elemento distintivo do migrante e passa a ser fundante do diferente, assim, o princípio do preconceito tem base, inicialmente, a partir do étnico-cultural, hierarquizando o social e multiplicando os conflitos entre os grupos aqui estudados, segregando-se o “povo de pele escura”, como vimos anteriormente.

A Relação Escola e Migrantes - Informações importantes revelam os impactos da migração junto a esse grupo de alunos cuja especificidade é a vida dividida entre dois mundos. “Alunos temporários” que vem e vão ao ritmo da moeda de cana, alguns ficam e outros seguem viagem de volta a sua terra de origem, nesse movimento, construiu-se a figura do nordestino na região, e a escola tem participação importante na produção dessa imagem, isso em função de que o ensino fundamental foi universalizado no Brasil nas últimas décadas.

Assim, é preciso pensar alternativas para os fenômenos de exclusão que ocorrem a partir da inserção obrigatória das crianças nesse sistema, produzindo trajetórias extremamente desiguais.

Quase a metade dos alunos entrevistados (49%) possui defasagem entre idade e série que frequentam nas escolas, o que pode explicar o discurso de alguns profissionais da educação de que são alunos que tem dificuldades de aprendizado, já que muitos migraram com o ano letivo em curso, o que em alguns casos acaba se refletindo no abandono. Mesmo assim, são incidências menores, já que como vimos, mais de 60% possuem Bolsa Família, e a condição para o pagamento do benefício é a frequência nas escolas. Outro reflexo da vida itinerante se reflete no número de alunos (57%) que estudaram em outras escolas das que estavam matriculados no ano da pesquisa (2010).

Ainda em relação ao desempenho dos alunos, 47% apontaram dificuldades,

especialmente com matemática (contas) e português (leitura e escrita), dados que não diferem das estatísticas brasileiras como um todo. Outros dados comuns ao conjunto da maior parte dos estudantes é que as atividades que mais gostam nas escolas foram a educação física, seguida da leitura (histórias), artes e para um pequeno grupo a matemática. A matemática também é uma das atividades que menos gostam, mas as aulas de português e ciências foram citadas, além de cópias e os conflitos entre os alunos (casos de violência).

Quando indagados sobre a motivação para ir à escola, 89% responderam frequentá-la para aprender/estudar, construir um futuro; para 11% é imposição dos pais ou responsáveis. Para 93% dos alunos a escola é considerada boa, para 81% os professores são bons/legais/muito bons, mas apenas 64% dos alunos migrantes apontaram ter boa relação com os colegas, muitos afirmaram ter poucos amigos. Assim, um número muito próximo à metade dos migrantes tem problemas de relacionamento nas instituições, enfrentando a disputa simbólica, o migrante tem sido alvo de risos, piadas e até agressões ou violência física,

um jogo importante e perturbador para crianças, já que diz respeito sobre como Eu me coloco no mundo. É nesse movimento que se estabelecem padrões que determinam, por exemplo, quem é feio ou bonito, o cabelo adequado ou inadequado, que roupas são de meninos ou de meninas etc. Essa normatização das relações é constantemente construída, envolvendo desigualdades, opressões, contradições e enfrentamentos (BORTOLINI, 2011).

Retornando aos nossos dados, verificamos que muito embora quase a totalidade dos alunos considere sua escola como boa, 76% demandam cursos extra-curriculares, sobretudo de informática, mas outros também foram apontados como futebol, teatro, dança, pintura, luta etc. Apenas 22% dos alunos frequentaram algum curso fora do horário regular, mas a maior parte dessas atividades nas dependências da escola, de forma que essas instituições, bem ou mal, tem sido a referência única desse público na sua formação.

Quanto ao futuro, as atividades mais apontadas pelos alunos foram:

Figura 5 – Ocupações que os alunos migrantes pretendem exercer no futuro



O que esses dados poderiam sugerir? Excluindo-se o sonho de meninos em obter fama e fortuna via futebol, e das meninas pelo mundo artístico, as outras 04 profissões mais citadas remetem as atividades geridas pelo estado e que são responsáveis por serviços públicos essenciais: saúde, segurança, educação e justiça. Atividades bastante ligadas ao controle e a punição dos desvios de conduta no seio social, e certamente, presente na rotina desse público nos bairros onde passam a maior parte do seu tempo.

Auto-representação do Migrante Nordestino - Por fim, passemos a refletir sobre os dados específicos a condição do migrante, sua auto-representação como nordestino no pontal mineiro. Quando indagados sobre sua casa no nordeste, 39% têm memória positiva (grande,

bonita, arborizada, etc.) e 46% uma imagem depreciada de sua residência (pequena, velha, ruim, etc.), parte dos alunos não se lembravam de suas casas. Quando perguntado sobre a escola que estudaram na região de origem, uma boa parte não soube responder, por ter migrado ainda na primeira infância, no entanto, 57% têm boas recordações de sua instituição escolar.

Para 65% dos alunos, os pais migraram para trabalhar, os demais disseram acompanhar parentes ou para encontrá-los em Minas Gerais. O mesmo número (65%) afirmou desejar retornar ao nordeste, mesmo que 66% tenham dito que Minas Gerais seria melhor para viver, enquanto que para 34% o nordeste seria melhor em função, sobretudo, dos parentes que lá ainda vivem, mas também da cultura regional (música, comida,

festas, paisagens etc.). Dos entrevistados, 94% apontaram muita saudade dos parentes, também fizeram referências a falta do mar, das cachoeiras e do campo, alguns se lembraram da comida típica de sua região como o pescado, o camarão, o cuscuz, a farinha, o doce de banana, o pequi, o guaraná etc.

Apesar de 88% afirmarem ter sido bem recebido em Minas Gerais, o desejo de retornar ficou bastante evidente, na maior parte dos alunos migrantes. Isso pode ter relação com as dificuldades de sociabilidade dos pais no novo espaço (cuja auto-imagem é a do invasor, discurso que as crianças ouvem em casa), uma vez que em 60% das famílias existem pais fumantes, usuários de álcool, e parentes com dependência química, dado significativo que pode indicar grande frustração com a condição de migrante. Por fim, 32% dos alunos afirmaram ter sido alvo de preconceito em relação a sua origem nordestina (número que pode ser maior, já que muitos não sabiam definir preconceito), o que gera efeitos negativos no que se refere ao aprendizado nas escolas.

Os dados acima apenas expressam parte da inquietação e dos impactos na vida de um indivíduo ou de uma família que toma a decisão de migrar. É preciso ir além das interpretações que reconhecem os processos migratórios como intrínsecos as estatísticas de desenvolvimento econômico, ou seja, uma determinada região só se desenvolve por conta do trabalho dos migrantes, que normalmente, são sujeitos invisíveis nesses processos, especialmente, ao que tange a dinâmica sócio-cultural que estabelecem nos novos espaços de sociabilidade.

Pelos dados levantados nas escolas é possível inferir que os migrantes sofrem de um tipo de *banzo* da contemporaneidade, em função das dificuldades de retornarem a sua terra (sequer para breves visitas) o que acentuaria a saudade de parentes, conhecidos, enfim, de sua cultura, refletindo-se no elevado índice de dependência química (entre eles o tabaco e o álcool) dos pais e responsáveis dessas crianças. Esse processo vem se repetindo desde os anos de 1950, quando chegaram no pontal mineiro portando cultura diferenciada, sotaque “arrastado” e traços físicos diferentes, instalando-se naquele momento os enfrentamentos com a comunidade local, como vimos anteriormente, embates que chegaram a violência física, já que ser classificado de “barriga verde”, “caicó” (referência a cidade do Rio Grande do Norte que é origem de muitos migrantes dos anos de 1950) “nortista” e agora “alagoano” passou a ter significado pejorativo.

Portanto, foi longe da região nordeste que se construiu a identidade nordestina dos migrantes que vieram para o pontal mineiro. Antes eram apenas alagoanos, paraibanos, potiguares etc. Não apenas a identidade do nordestino é constituída, mas também a do mineiro deve ser fortalecida frente ao diferente, estabelece-se a luta simbólica e discursiva pelo poder em que será normalizada a identidade local e negada a identidade do nordestino, ou seja, o diferente. E é, segundo Silva (2007), esta relação assimétrica que determinará o grupo social que controlará o acesso aos bens sociais, estabelecendo-se hierarquias, quando determinado grupo passa a se representar como superior aos demais, emergindo-se preconceitos.

O preconceito pode se referir à aparência e a ascendência étnica, de acordo com Oliveira (2005), o que constatamos no interior das escolas visitadas, onde os migrantes nordestinos ainda são minoria. Pelas falas das crianças, essas duas formas são evidenciadas, já que quando chegam com seu sotaque, a maneira de se vestirem e seus traços físicos acabam se transmutando em características negativas frente à cultura mineira, por isso, são chamados de “cabeças-chatas”, ou classificados pela região de origem “Nortistas” (mesmo não vindo da região norte) ou “Alagoanos”, desprestígio que em alguns casos se reflete no desempenho escolar, ou no comportamento do migrante no interior da escola, classificado por alguns docentes e gestores como violento¹⁰.

É interessante observar que a violência, desde o início (1950) tem sido marca relativa a esses grupos considerados “rudes” ou “agressivos”, discurso que vem sendo reproduzido por décadas, e caberia aqui indagar: por que isso ocorre? A resposta imediata seria o estranhamento cultural! Porém, entendemos que essa imagem do migrante acabou por acomodar tensões criadas nesse encontro: de um lado, a difusão dessa ideia pelos mineiros fortalece a hierarquização da sociedade, colocando o nordestino em situação de inferioridade, o que é reproduzido até mesmo pelo próprio grupo que se sentindo um cidadão de menor categoria (acusado de beber muito, brigar muito e ser responsável por crimes ao patrimônio), aceitaria as precárias condições de vida e trabalho no novo espaço (tais como, educação de menor qualidade e ausência de direitos trabalhistas), movimento que segregaria ainda mais o grupo, fortalecendo os mecanismos de controle social.

Contudo, observando-se o ponto de vista do migrante, esse discurso acabou por fortalecer o sentimento identitário do nordestino, já que entendidos como indivíduos violentos, passaram a

se impor frente aos mineiros também pelo receio local sobre as consequências de se provocar um migrante, seja nos bairros, empregos ou escolas¹¹. Dessa forma, ocuparam espaços institucionais, como as escolas estudadas, usufruindo serviços públicos que inexistiam em sua terra, ou que eram excessivamente precários, como apontado pelos alunos migrantes, em relação às instituições frequentadas no nordeste.

Considerações Finais

Nesse espaço final, retomamos reflexões que se projetaram com maior nitidez a partir da observação dos dados, abordando-se três questões: a sóciodinâmica da estigmatização do migrante (acusado de anomia) construída historicamente, a partir de sua chegada a região; o processo de reconfiguração identitária entre os “estabelecidos” (mineiros) e os “de fora” (nordestinos) desencadeado pela interdependência desses grupos; o reconhecimento da importância da diversidade étnico-cultural como aliada dos professores no interior das escolas.

1 – Em princípio, o que salta aos olhos neste estudo é o processo de estigmatização no qual os nordestinos foram inseridos desde o princípio nos anos de 1950. Além da situação miserável que chegavam (e ainda chegam) a maior parte dos migrantes que fugiam das secas e do desemprego, serviram de reforço do estigma os seus traços culturais como o sotaque, a “pele escura” e os hábitos diferenciados.

A região, arraigada às tradições de sua população estabelecida, reforçou a valoração negativa atribuída às características da alteridade: o nordestino, julgados como desordeiros que desrespeitariam a normatização social elaborada previamente por aqueles já constituídos como grupo de poder local. Dada a natureza das atividades profissionais para as quais esses migrantes eram (e são) contratados - a lavoura nas terras avermelhadas, causava-lhes a aparência de indivíduos sujos o que lhes deu a ideia de imundice de forma que se misturar com esse grupo seria algo degradante, um tipo de “infecção anômica” (ELIAS, 2000, p26).

As características que assinalam os nordestinos migrantes como diferentes são estabelecidas a partir do padrão comportamental local que, segundo Lévinas (1997), tem poder deliberativo sobre a alteridade de acordo com seus interesses para manipulá-los da forma que convir, sujeitando-os a baixos salários, por exemplo. Acreditamos que isso é reflexo da organização interna de sociedades fortemente hierarquizadas, onde existem comando e subordinação e

racionalização do outro que derivou em construções preconceituosas e violentas das diferenças, desumanizando-se o outro. Quem controla mecanismos de poder atribui valores à sociedade, define o que é bom e o que é ruim (DUSSEL, 1993).

2 – No novo espaço, o migrante elaborou formas de inserção social, mesmo que periféricamente, o que representou avanços em sua condição material, como a possibilidade do trabalho e de acesso a serviços públicos de saúde e educação. Nessa inserção, desencadeou-se o processo de reconfiguração das identidades desses grupos: os mineiros se apresentaram como elemento dominante e modelo a ser seguido, desde o princípio, negando a cultura do migrante, sujeito das atribuições identitárias que o desvalorizam, e muitas vezes, enxergando pelos seus próprios olhos ou escutando uma voz interior, sobre o seu papel de inferioridade no novo espaço que se inseriu.

O processo de construção da identidade não é marcado por encadeamentos óbvios e aparentes, e sim atravessado por ambiguidades. Em nosso estudo pudemos perceber que a população mineira indistingue um grupo de migrante originado do Piauí de outro com origem em Alagoas. Porém, entre os migrantes o elemento origem parece estabelecer certa hierarquia, uma vez que os paraibanos, maranhenses, cearenses etc., quando chamados de “alagoanos”, imediatamente negam tal origem, indicando que ser nascido no estado de Alagoas significa estar na base dessa pirâmide hierárquica. Assim:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2009, p.109).

3 – Pelos depoimentos dos alunos de ontem (migrantes nos anos de 1950) e pelas

entrevistas dos alunos de hoje (escolas aqui referenciadas) é possível perceber o papel relevante dessa instituição no processo de construção da identidade do migrante nordestino (mesmo ao negar o diferente), pois a escola é espaço social de frequência obrigatória e em boa parte reproduz interesses alheios a quem a compõe, promovendo a socialização ou padronização dos indivíduos às normas estabelecidas. Assim, desconsidera-se, na rotina do dia-a-dia, o elemento multicultural o que acaba por simplificar e até mesmo ignorar a complexidade das experiências individuais, não explorando a riqueza das diferentes culturas que dividem o mesmo espaço, como aqui em específico mineiros e migrantes.

Ressaltam-se dessa forma, apenas os aspectos negativos, como a agressividade dos alunos migrantes apontada nos depoimentos de ontem e de hoje. Em Elias (2000, p.30) encontra-se referência ao comportamento de crianças estigmatizadas: “Verifica-se que as crianças marginalizadas são mais propensas à agressividade e, em certo sentido, materializam os estereótipos que lhes são atribuídos, [...]”

No entanto, mesmo que a escola esteja inserida nessa lógica, há sempre a possibilidade de mudança de rumo. É preciso repensar as práticas no interior da escola de forma que a interrelação entre diferentes grupos e sujeitos seja preservada, mas é necessário também que na construção coletiva de uma escola que integre as diferenças em seu currículo e cotidiano, que não se abra mão da construção da igualdade (BORTOLINI, 2011).

É preciso rever a prática pedagógica nas escolas da região, sobretudo, as que atendem aos migrantes para que as diferenças culturais entre tijuquanos e nordestinos sejam valorizadas, alterando-se a representação e auto-identificação depreciativas do migrante transmutando-as em características que se orgulhem. Isso deve ser feito por meio da formulação de políticas públicas que contribuam para estimular a construção de identidades positivas em relação aos nordestinos, estimulando sua participação social ativa, reduzindo-se o preconceito que, em suas múltiplas manifestações, é pernicioso e manipulador porque impede a integração universalista, transformando os valores humanos em fatos arbitrários que exprimem a força vital da raça, da classe ou do gênero. A instituição de novos valores como normas e novas figuras jurídicas¹² que permitem mencionar e punir o preconceito abrem o caminho para a expansão de uma nova realidade social (GOFFMAN, 1988).

À escola cabe papel importante nessa tarefa, por isso é imperativo se estabelecer um

novo olhar sobre a força da diversidade étnico-cultural no interior de nossas escolas, aliando-a ao trabalho cotidiano dos profissionais da educação.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e Medo na Cidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2009.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola. In *Revista Espaço Acadêmico*, no. 123, agosto/2011.

CANDAU, Vera Maria (org). *Educação Multicultural: Tendências e Propostas*. In *Sociedade, Educação e Cultura(s)*. Petrópolis: Vozes, 2010.

DUSSEL, Enrique. *1492 o encobrimento do outro: a origem do “mito da modernidade”*. Petrópolis: Vozes, 1993.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

KREUTZ, Lúcio. Identidade Étnica e Processo Escolar. *Cadernos de Pesquisa*, no.107, julho/1999.

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEDEIROS, José A. B. de. *Seridó*. Brasília, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia H.M.M. *História e Memória Educacional: o papel do colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro-MG (1939-1942)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. *Memória: lembrança e esquecimento. Trabalhadores nordestinos no Pontal do triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 60*. Programa de Pós

Graduação em História (dissertação de Mestrado)
Pontífica Universidade Católica de São Paulo,
1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e
diferença: a perspectiva dos estudos culturais*.
Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

SIMÕES, Renato. Cidadãos de Segunda Classe.
In PINSKY, Jaime (org.). *Doze faces do
Preconceito*. 10^a. edição, São Paulo: Contexto,
2010.

SOUZA, Joabel R. de. *Totoró, Berço de Currais
Novos (RN)*. Natal-RN, EDUFRN, 2008.

SOUZA, Sauloéber Tarsio. O Universo Escolar
nas Páginas da Imprensa Tijucana (Ituiutaba-MG -
Anos de 1950 e 1960). In *Cadernos de História
da Educação*, vol. 9, n.2, 2010.

THOMPSON, Paul. *A voz do Passado – História
Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Notas

- 1 O texto decorre dos resultados da interface entre o projeto de extensão “Migração e Educação Escolar: a Dinâmica Cultural entre Tijucanos e Nordestinos” (2010) e o projeto de pesquisa “Das Alagoas às Gerais: Migrantes Nordestinos e Escolarização no Pontal Mineiro (anos 1950 a 2000)” apoiado pelo CNPq (2009-2012). Participaram dos projetos Andréia Moraes, Ana Emília Ferreira, Bárbara Almeida (In memoriam), Cleidislene Silva, Daiane Silveira, Denise Lima, Mauro Vieira e Silvia Rodrigues.
- 2 Dados da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Ituiutaba revelam que ainda hoje, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas são os estados de origem do maior número de famílias beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família, respectivamente: 85, 245 e 472. Fonte: PMI, Secretaria de Desenvolvimento Social, CAD, 2010.
- 3 Oliveira (2003) apontou o lento processo de institucionalização da escola pública na história educacional de Ituiutaba, constatado no período entre 1908 e 1950. Nos anos de 1950, inicia-se a expansão que de apenas 02 escolas estaduais passariam para 07, na década seguinte outras 08 seriam criadas, de forma que no ano de 1970, a educação escolar na cidade era marcadamente pública.
- 4 O decréscimo populacional entre os anos de 1960 e 1970 decorreu da emancipação política de alguns distritos administrados pelo município de Ituiutaba.
- 5 Apesar de sua participação ativa na construção da riqueza local, existem restritas referências à presença desses migrantes na literatura sobre a história local. Assim, o nosso esforço é no sentido de dar visibilidade a esse elemento social, a partir da observação de sua inserção na rede escolar pública no pontal mineiro, investigando as representações sociais elaboradas em torno deles, abrindo novas perspectivas para a compreensão do processo de modernização local.
- 6 Em relação à metodologia de pesquisa, nessa seção, além das estatísticas do IBGE e da revisão bibliográfica, utilizamos o recurso da história oral. De acordo com Thompson (1992), as fontes orais passaram a ser valorizadas quando da necessidade de se registrar o passado de grupos que não documentaram suas ações, sujeitos sociais invisíveis nos registros oficiais. Realizamos mais de uma visita aos colaboradores e, em geral, no segundo contato é que foram gravados os depoimentos, a saber: 02 professoras que atuaram com o grupo estudado e 14 migrantes que, em sua maioria, veio para o pontal de Minas Gerais na primeira infância especialmente na década de 1950, sendo 07 homens e 07 mulheres dos quais apenas 09 estudaram no novo espaço, 07 delas mulheres o que se configurou em um dado de pesquisa já que os meninos deveriam trabalhar para auxiliar no sustento da família, questão já discutida na perspectiva do gênero em outra publicação. As entrevistas foram realizadas nas cidades mineiras de Ituiutaba e Uberlândia e em Natal, Currais Novos e São Vicente no estado do Rio Grande do Norte, no período entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011.
- 7 Foram aplicados 96 questionários a crianças nascidas nos estados do nordeste, sendo 56 meninos (58%) e 40 meninas (42%). Em função da idade das crianças envolvidas (entre 06 e 14 anos), os questionários foram preenchidos pelos participantes do projeto, mas existindo colaboração direta das equipes das escolas que liberavam seus alunos em grupos para realização da atividade. Como o questionário possuía questões objetivas e abertas (semiestruturado) a participação dos membros da pesquisa foi importante nessa coleta.
- 8 Ressalta-se que 41% dos alunos não sabem seu endereço residencial completo, isso em função, acreditamos de que parte deles são recém chegados, mas também certa instabilidade no que se refere a fixar moradia.
- 9 No levantamento desse dado, percebemos um distanciamento de 25 pontos percentuais entre o menor índice e o maior. Em uma análise rápida, a escola com menor número de beneficiários migrantes do Bolsa Família se localiza em região mais central, que apontou dados econômicos melhores também, como o número de veículos nas residências. As outras escolas com maior índice se localizam em região periférica da cidade.
- 10 Em uma entrevista a colaboradora afirmou ser motivo de piadas e recriminações por parte de seus colegas pelo seu modo de vestir, falar, suas características físicas e sua origem, por isso faltava muito às aulas: “na escola eu sentia muito preconceito pela gente ser diferente, de outro estado” (Entrevista B, Junho/2011).
- 11 A violência tem sido uma forma de reação a situação de opressão. Em um dos depoimentos houve referência a constituição de grupos de migrantes para se defenderem das provocações, gerando a sensação de segurança na escola. Mas também as práticas culturais foram lembradas por meio da menção sobre os cordéis recitados pelo avô (Entrevista B, Junho/2011).
- 12 Desde 1990, as Nações Unidas aprovaram a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias. Desde então, migrar é direito fundamental do ser humano, assim

como o direito de permanecer em sua região em condições dignas, quando o Estado falha nessa tarefa, o direito de buscar essas condições deve ser garantido. Da mesma forma que a globalização deu fluxo livre aos capitais, devem-se tolerar as populações que circulam atrás das oportunidades, combatendo-se a discriminação aos migrantes (SIMÕES, 2010).

Sobre o autor:

Sauloéber Tarsio de Souza é Doutor em História da Educação pela Unicamp, Graduado e Mestre em História pela Unesp-Franca. Professor coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação (NEPE-FACIP), e docente do Programa de Pós-Graduação da FAGED-UFU. Bolsista em Produtividade pelo CNPQ e do Programa Pesquisador Mineiro-FAPEMIG. Rua Ítalo Gentil, 145 – B.Universitário – Ituiutaba-MG – CEP 38.302-152 – tel. (34) 9996-9750.

